

# Incêndio destrói lojas no Centro

Chamas tiveram início na madrugada. Trânsito precisou ser interditado no local para o trabalho dos bombeiros

Isabelle Villas Boas  
isabelle.villasboas@ofluminense.com.br

Um incêndio atingiu ao menos sete lojas da Rua Visconde de Uruguai, esquina com a Rua Marechal Deodoro, no Centro de Niterói, na madrugada desta terça-feira (5). Não há informações de feridos e das causas do incidente.

Segundo relatos de pessoas que moram próximo ao local, as chamas começaram por volta das 4h. Às 6h30, ainda tinha foco de incêndio, que foi controlado rapidamente pelos bombeiros. O fogo atingiu lojas que vendem fantasias, descartáveis e artigos para festa.

Equipes do Corpo de Bombeiros trabalharam com apoio de quatro caminhões da corporação para conter o fogo. Ambulâncias também estiveram no local para prestar atendimentos.

Por volta de 9h10, ainda estava sendo feito o trabalho de rescaldo nas lojas atingidas e fumaça era vista no local. Informações preliminares dão conta de ao menos sete comércios atingidos pelas chamas. Populares afirmaram que um dos imóveis passava por reformas e o proprietário de uma papelaria chegou a passar mal ao ver o



Os bombeiros tiveram muito trabalho para controlar as chamas que atingiram pelo menos sete lojas da Rua Visconde do Uruguai, no Centro de Niterói. Equipes trabalharam até o fim da manhã no rescaldo

estrago causado.

Proprietário de uma loja especializada em materiais descartáveis, Daniel Barreto, de 35 anos, afirmou que um amigo o avisou do incêndio ainda pela madrugada. Segundo o comerciante, em sua loja havia cerca de R\$ 300 mil entre produtos, computadores e investimentos na

estrutura do estabelecimento.

“Você pula da cama assustado quando recebe uma notícia dessa. Pelo que sei a minha foi a última loja a pegar fogo. A Defesa Civil interditou e até agora não tive acesso para ter noção [do prejuízo]. Nem sei por onde começar”, disse Daniel.

A esposa do lojista e tam-

bém proprietária do estabelecimento, Débora Paredes, de 30 anos, disse que acordou desesperada, mas estava aliviada pois o seguro da loja havia sido renovado na última sexta-feira (1º): “A primeira coisa que eu perguntei ao Daniel foi se tinha renovado o seguro. Por sorte tinha feito isso na sexta-feira”, afirmou.



Fotos: Lucas Benevides

Outros proprietários de comércios atingidos, muito emocionados, preferiram não prestar declarações. A perícia foi acionada e irá apurar quais foram as causas do incêndio.

O trânsito nas ruas Visconde de Uruguai e Marechal Deodoro precisou ser interditado para as equipes cessarem as chamas.

**Trânsito** - No Centro de Niterói, o trânsito ficou complicado na Rua Marquês de Caxias, Rua Marechal Deodoro e Rua São João devido a uma interdição na Rua Visconde do Uruguai. O bloqueio foi montado para que o Corpo de Bombeiros trabalhasse no combate as chamas. (Colaboração: Vítor d'Avila). ■

# Fim da falta de água no Rio do Ouro

Estrada do Arrastão vai receber 5 km de assentamento da rede de abastecimento de água. Obra deve durar três meses

Isabelle Villas Boas  
isabelle.villasboas@ofluminense.com.br

Moradores da Estrada do Arrastão, no bairro Rio do Ouro, em São Gonçalo, vão deixar de sofrer com a falta de água potável em suas casas. Equipes da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) começaram ontem uma obra que vai alcançar mais de 5 km de assentamento da rede de abastecimento de água potável em toda a extensão da via e nas ruas transversais.

A obra, que vai beneficiar mais de 3 mil pessoas, faz parte dos planos desenvolvidos pelo assessor de projetos da Cedae, De Jorge Patrício, com a aprovação do governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. O investimento é de quase R\$ 1 milhão. A previsão é que a obra seja concluída em três meses.

“Os moradores da Estrada do Arrastão sofrem muito com



O assessor de projetos da Cedae, De Jorge Patrício, tem acompanhado de perto os trabalhos no Rio do Ouro

a precariedade de água. Ficam totalmente dependentes de água de poço. Não podemos aceitar essa situação em pleno

século XXI, o morador não merece. Agora estamos começando essa obra que vai beneficiar muitas pessoas. Tudo

isso graças ao aval e apoio do governador Wilson Witzel. Garanti a ele que conhecia os maiores problemas da cidade

e o governador confiou no nosso trabalho”, afirmou De Jorge Patrício.

A obra é um sonho antigo dos moradores da localidade, que há anos sofrem com a precariedade do fornecimento de água. O obra deve terminar em até três meses.

“Esperávamos há anos por essa obra. O De Jorge veio até o nosso bairro, ouviu as nossas necessidades, realizou um projeto junto comigo e nos atendeu prontamente. Ele veio três meses atrás e nos garantiu que a obra começaria em novembro. E, a partir de agora, o morador vai ter uma das necessidades básicas do ser humano, que é o acesso à água potável, diretamente em sua casa. Todo morador esperava por esse momento”, disse José Luiz Fernandes, presidente da associação de moradores.

Em pouco mais de sete meses na função de assessor de projetos da Cedae, De Jorge Patrício vem desenvolvendo

ações de curto, médio e longo prazo com o objetivos de suprir as necessidades da população gonçalense.

No início do mês passado, moradores da Rua Doutor Olavo Lamego, no Pita, foram beneficiados com uma obra de extensão da rede de água potável. De acordo com De Jorge, os moradores sofriam com a falta d'água há mais de 25 anos. O projeto vai beneficiar mais de 300 imóveis do bairro.

E, na última semana, três carros combinados, os chamados caminhões vac all, que servem para desentupir os esgotos da cidade, começaram a circular pela cidade. Os veículos já atendem os pedidos emergenciais da população. Antes da medida, havia somente um caminhão desse tipo em São Gonçalo emprestado pelo governo do estado.

Ao todo, os 16 projetos pensados por De Jorge Patrício estão orçados em R\$ 40 milhões. ■

# Prefeito do Rio sanciona a encampação da Linha Amarela

Texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial, após aprovação na Câmara

O prefeito do Rio, Marcelo Crivella, sancionou a lei da encampação da Linha Amarela, após o projeto ser aprovado ontem, em segunda discussão, na Câmara de Vereadores do Rio. O texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial no mesmo dia.

O decreto publicado por Crivella também amortiza a indenização à concessionária, “em razão dos prejuízos apurados pelo Poder Executivo, pelo Tribunal de Contas do Município e reconhecidos em investigação conduzida pela Câmara de Vereadores, sem prejuízo da apuração de eventual saldo remanescente a ser devolvido aos cofres públicos”.

Com isso, a administração da via, de 17 km, ligando a Barra da Tijuca ao Centro da cidade e

ao Aeroporto Internacional do Galeão, passa para a Prefeitura do Rio.

**Votação** - Os vereadores do Rio de Janeiro votaram, ontem, o projeto de lei de encampação da Linha Amarela em segunda discussão, aprovando a medida por 47 votos a favor e nenhum contrário.

Em nota, a Lamsa considerou que a decisão da Câmara não se sobrepõe à liminar da juíza Regina Lúcia de Castro Lima, da 6ª Vara da Fazenda Pública, expedida na última sexta-feira (1), que garante à empresa o pleno exercício da concessão até que o poder concedente cumpra o que determina a Lei das Concessões.



Todos os vereadores do Rio votaram a favor da administração municipal

# Sem construções em APA de Maricá

Uma decisão judicial obtida pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), na última quarta-feira (30/10), proibiu o governo do estado e a prefeitura de Maricá de licenciar, lotear e autorizar a instalação de empreendimentos no interior e no entorno da Área de Preservação Ambiental (APA) da Restinga de Maricá. Com isso, a construção de um completo turístico no local será embargada. O descumprimento está sujeito à multa no valor de R\$ 10 mil.

A sentença é da 2ª Vara Cível de Maricá e foi proferida em uma Ação Civil Pública (ACP) do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (Nudedh), que representa a Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias (ACCLAPEZ), uma das autoras da ação ao lado da Associação de Pre-

servação Ambiental das Lagunas de Maricá (APALMA).

Os defensores públicos Pedro González e Marcilio Brito, em atuação no Nudedh e na Núcleo de Maricá, respectivamente, explicaram que a ação teve como objetivo resolver duas questões principais. A primeira é a ambiental, com pedido para a declaração de inconstitucionalidade do decreto que previu o plano de manejo da região e reduziu sensivelmente a área de proteção ambiental, resultando na concessão de licença para a instalação do empreendimento imobiliário na APA.

Já a segunda questão tratada na ACP diz respeito à proteção dos pescadores de Zacarias, com a solicitação para que fossem declarados uma comunidade tradicional, como previsto no Decreto Estadual nº 6.040/07. ■